

Eburobrittium/Scallabis: que proximidade entre duas civitates vizinhas?

Ana Margarida Arruda

Investigadora da UNIARQ
Faculdade de Letras

Falar das possíveis relações entre a colónia de *Scallabis* e o *municipium* de *Eburobrittium* não se revela tarefa fácil, uma vez que a informação disponível sobre ambos apresenta uma imensa desigualdade.

Daí que pareça imprescindível começar estas breves notas por saudar a Câmara Municipal do Bombarral, que, ao ter tido a iniciativa de promover um Congresso sobre a romanização do Oeste, certamente contribuirá para colmatar a escassez de informação sobre os aspectos de que se revestiu a ocupação humana da região ocidental da Lusitânia durante a época romana. Esta parece, portanto, ser uma excelente ocasião para os diversos investigadores que nos últimos anos se têm dedicado a estudar a área apresentarem os resultados da sua pesquisa e tornarem assim possível análises mais amplas e diversificadas. A apresentação e posterior publicação dos resultados das escavações em *Eburobrittium*, em Peniche e na ilha da Berlenga, e dos trabalhos de prospecção no concelho de Torres Vedras trarão certamente novidades importantes sobre o processo de romanização de um Oeste, cuja informação se resume, praticamente, aos tesouros monetários publicados por Mário de Castro Hipólito (1960-1961).

Para além dos dados que a numismática forneceu (*ibidem*), e ainda os que alguma epigrafia possibilitou (MANTAS, 1982), parece justo salientar, neste contexto, as recentes escavações que José Beleza Moreira vem desenvolvendo em Amoreira de Óbidos. A dimensão e extensão dos trabalhos realizados permitiram recolher abundante informação sobre o que se presume ser a capital da *civitas*. Alvo de uma dissertação de mestrado (MOREIRA, 2000), a sua divulgação junto de um público mais vasto parece urgente, uma vez que os dados recolhidos e apresentados naquele trabalho académico são ainda de acesso muito restrito. Parece, contudo, importante referir que os dados recolhidos e apresentados evidenciam que o local seria já um centro urbano no reinado de Augusto, apesar de ter sido na segunda metade do século I que terão decorrido as grandes obras de renovação urbanística (*ibidem*), o que parece concordar com uma municipalização da época flávia.

Há poucos anos, a escavação de quatro fornos em Peniche evidenciou a existência de um centro de produção cerâmica na região (CARDOSO, GONÇALVES e RODRIGUES, 1998; neste volume), desconhecendo-se ainda que mercados seriam abastecidos por esta produção, que englobava fundamentalmente ânforas, mas que incluía também cerâmicas de mesa (*ibidem*). Os trabalhos arqueológicos realizados por Sandra Lourenço e Jacinta Bugalhão, na Berlenga (ver resultados nesta mesma obra), revelaram, contudo, uma presença maciça de ânforas fabricadas nos fornos de Peniche.

A tipologia destas ânforas, cuja forma parece corresponder a uma Haltern 70 (CARDOSO, GONÇALVES E RODRIGUES, 1998), é um indício que a laboração daquele centro produtor foi relativamente precoce, podendo datar-se do século I.

Os resultados dos trabalhos de prospecção no concelho de Torres Vedras, apresentados neste Congresso por Guilherme Cardoso e Isabel Luna, aumentaram, consideravelmente, os dados sobre a presença romana no Oeste e o número de sítios onde a ocupação ficou registada é agora superior ao que foi inventariado por Jorge de Alarcão em 1988, apesar de muitos deles não se integrarem, teoricamente, no território controlado por *Eburorittium*.

Sobre *Scallabis*, a informação disponível é já considerável. Os trabalhos de escavação que desde há vinte anos decorrem no Jardim das Portas do Sol permitiram traçar um quadro, já relativamente claro, sobre a evolução humana do planalto sobranceiro ao Tejo durante a época romana (ARRUDA, 1983-4; 1993; 2002; ARRUDA e ALMEIDA, 1998; 1999; 2000; no prelo; ARRUDA e VIEGAS, 1999; 2000; 2002a; 2002b; 2002c; no prelo; VIEGAS, 2001). A ocupação tardo republicana foi intensa, sendo muito abundantes as importações de produtos alimentares e manufacturados. O vinho italiano, os preparados de peixe gaditanos e norte africanos, o azeite e o vinho do Guadalquivir foram consumidos em largas quantidades, e estão documentados através das várias centenas de ânforas recuperadas. A utilização da cerâmica campaniense e de paredes finas à mesa atestam práticas sociais e de consumo eminentemente romanas e a cerâmica de engobe vermelho pompeiano evidencia a adopção de novas formas de confecção de alimentos.

Durante a dinastia julio-claudia, é ainda grande a importância de *Scallabis*, importância essa igualmente lida na quantidade de produtos importados e nas renovações urbanísticas efectuadas (ARRUDA e VIEGAS, 2002a), sendo seguro que a construção do templo data do início do reinado de Augusto (ARRUDA e VIEGAS, 1999; 2000; 2002b, no prelo). Os dados que permitem admitir uma diminuição da importância de Santarém, a partir do início do século II, são também os que indicam que o sítio manteve, durante toda uma ocupação romana, um papel determinante na organização do seu território e na gestão dos seus recursos.

Os dados que existem sobre os dois núcleos urbanos e seus territórios são pois muito distintos ao nível da quantidade e mesmo qualidade de informação disponível, sendo por isso difícil, se não mesmo impossível, avaliar as eventuais relações entre *Scallabis* e *Eburorittium*.

O único dado que temos como seguro é o facto de, juridicamente, a última depender da primeira, uma vez que a colónia foi também sede de *conventus*. Parece também inquestionável que as duas civitates (aqui entendidas como unidades politico-administrativas) eram, de facto, vizinhas, apesar de não serem equivalentes em termos de área. Segundo Jorge de Alarcão (1990, 367, mapa 11), o território de *Scallabis* triplicaria o de *Eburorittium* e a fronteira entre ambas seria definida pela Serra de Montejunto.

Poderia parecer também evidente que os distintos estatutos jurídicos de ambos sítios tivessem provocado um outro tipo de dependências, nomeadamente económica, e que as relações entre as duas *civitates* ultrapassassem a simples proximidade geográfica.

Tenho, no entanto, que reconhecer, desde já, que não existem elementos suficientes para avaliar devidamente a existência ou não dessas relações e, no caso de existirem, qual teria sido a sua real intensidade. Por outro lado, à vizinhança e aos distintos graus de grandeza podem não corresponder quaisquer outros laços ou vínculos que unam os sítios, parecendo evidente que as duas *civitates* podem ter percorrido percursos paralelos e independentes.

Assim, entendo que devo começar por lembrar que não existe qualquer ligação terrestre directa conhecida entre os dois núcleos urbanos. É sabido que a estrada que ligava *Olisipo* a *Scallabis* não passava por *Eburobritium* (MANTAS, 2002), e que, aparentemente, nenhuma das estradas secundárias que tinham *Scallabis* como *caput viarum* se dirigia ou passava no município do Oeste (*Ibidem*). As ligações entre os dois sítios e respectivos territórios teriam assim de ser realizadas por caminhos rurais, cujos traçados se desconhecem.

Julgo que é importante também recordar, de novo, que os trabalhos arqueológicos em Santarém decorrem há quase 20 anos, o que permitiu recolher uma vastíssima informação sobre a sua ocupação humana. Portanto, o conhecimento que possuímos da Santarém da época romana não é de facto comparável ao que, neste momento, está ainda disponível para *Eburobritium*, parecendo prematuro estabelecer comparações, muitas das quais estariam, certamente, baseadas em argumentos *ex silentio*, cuja veracidade pode ser discutível.

No entanto, atrevo-me a insistir que as diferenças entre os dois núcleos urbanos que se constituem enquanto lugares centrais de territórios de dimensão diversa são acentuadas.

Scallabis adquiriu, na época romana, uma importância considerável, materializada no estatuto colonial que obtém na época de César (FARIA, 1999; ARRUDA e VIEGAS, 1998) e no facto de se ter tornado sede de um dos três *conventus* jurídicos da província. Esta situação, privilegiada em termos administrativos e jurídicos, foi certamente consequência da posição estratégica que ocupava.

A situação de *Eburobritium* não é comparável, sendo de admitir que a municipalização tenha ocorrido num momento já avançado do processo da romanização.

Como já atrás se referiu, a ocupação republicana de *Scallabis* foi muito intensa, sendo, nesta fase, abundantíssimas as importações italianas, tanto no que se refere a produtos manufacturados como alimentares. Entre os finais da república e os momentos iniciais do império, é construído um templo, de que hoje ainda resta o *podium*, e os dados recolhidos indicam uma vitalidade e uma dinâmica económica e social próprias de uma cidade com um estatuto jurídico de primeira grandeza. E apesar de, a partir do final do reinado dos flávios, ser evidente que a cidade perdeu alguma da importância económica que deteve em época anterior, é claro que até ao final da ocupação romana manteve sempre ritmos de importação que atestam uma inegável vitalidade, vitalidade essa também consubstanciada em sucessivas e periódicas renovações urbanas.

Os dados existentes indicam no entanto que as relações económicas e políticas da colónia privilegiaram sempre *Olisipo* e *Emerita Augusta*. Estas relações estão atestadas tanto pela epigrafia (GUERRA, 2002) como pela própria rede viária de que já falei. De facto, Santarém tinha ligação directa terrestre a *Olisipo* e à capital da Província, através de duas das maiores vias públicas da Lusitânia (MANTAS, 2002). Por outro lado, importa não esquecer que das seis inscrições funerárias recolhidas, três registam indivíduos de *Olisipo*, e que a epígrafe dedicada a L Cornélio Bocco fala ainda dos vínculos da colónia à actual cidade de Lisboa (GUERRA, 2002).

Eburobritium foi, muito provavelmente, um *oppidum stipendiarium*, tendo atingido a municipalização apenas no momento em que o *ius latii* foi concedido a toda a Península. Neste sentido aponta a epigrafia, sendo a tribo Quirina a única registada no seu território (MANTAS, 1982). Também a lápide honorífica dedicada a Marco Aurélio, e recolhida em S. Tomás das Lamas (Cadaval), pode considerar-se um indício da municipalização na época flávia se aceitarmos a leitura de Jorge de Alarcão para a cidade: *Flavia Eburobritium* (ALARCÃO, 1988). Os resultados das escavações em Amoreira de Óbidos não desmentem

as conclusões que a epigrafia permite, apesar de parecer claro que a ocupação se iniciou ainda durante o reinado de Augusto (MOREIRA, 2000), momento em que seria um simples *oppidum*.

Como também já antes referi, parece prematuro falar sobre que áreas foram privilegiadas por *Eburobrittium* nos seus contactos, e por onde e através de quem importava produtos e escoava os excedentes da sua produção. Mas nenhum dado indica que a capital do território com o qual tinha fronteira a Oriente tivesse representado um qualquer papel no seu processo de desenvolvimento económico.

No estado actual dos nossos conhecimentos, tudo parece indicar que, pelo contrário, as relações entre *Eburobrittium* e *Scallabis* foram muito ténues e apenas a dependência jurídica impede que se possa considerar a sua inexistência. Um outro dado aconselha ainda prudência quando analisamos a questão. Na Alcáçova de Santarém, foram recolhidas algumas ânforas que, tipologicamente, têm muitas afinidades com as produções dos fornos de Peniche. A observação macroscópica das suas pastas dá ainda mais consistência à hipótese de uma origem nesses mesmos fornos. Aguardam-se, pois, com alguma expectativa, os resultados das análises químicas das ânforas lusitanas recolhidas em Santarém, resultados esses que poderão contribuir com novos dados para o esclarecimento do tema que aceitei tratar.

Lisboa, 2001.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1988) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Philips Ltd.
- ALARCÃO, J. (1990) - O domínio romano. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, vol. 1, p. 345-392.
- ARRUDA, A. M. (1983-4) - Alcáçova de Santarém. Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1984. *Clio Arqueologia*. Lisboa, 1, p. 217-223.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais* (Actas do Encontro "Os fenícios no território português"). Lisboa, 4, p. 193-214.
- ARRUDA, A. M. (2002) - *Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Cuadernos de Estudios Mediterráneos. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. e ALMEIDA, R. R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. Coimbra, 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999) - Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine* (Actas da III^{ème} Table ronde sur la Lusitanie romaine. Madrid: Casa de Velásquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (2000) - Importação e consumo de vinho bético na Colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal). In *Actas do Congreso Internacional "Ex Baetica Amphorae Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio romano"*. Sevilla: Editorial Gráficas Sol, Vol. II, p. 703-116.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (no prelo) - As ânforas Manã C em Portugal. In *Actas do V Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Marsala/Palermo 2000.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (1999) - The Roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto: Adecap, 1, p. 185-224.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2000) - A roman temple in Scallabis (Santarém, Portugal): architecture and historical context. In *Proceedings of the XVth International Congress of Classical archaeology*. Allard Pierson Series. Amsterdam: Allard Pierson Museum, 12, p. 58-60.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2002a) - A Alcáçova. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, p. 73-81.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2002b) - O templo romano de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, p. 173-178.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2002c) - As cerâmicas de verniz vermelho pompelano da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 4, 2.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (no prelo a) - Religião e culto em Scallabis no dealbar do I milénio. In *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDOSO, G.; GONÇALVES, J. L. e RODRIGUES, Z. (1999) - Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche. *Almadan*. Almada, 2^a série, 7.
- FARIA, A. M. (1999) - Colonização e municipalização nas províncias hispano romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 2, 2, p. 29-50.
- GUERRA, A. (2002) - A epigrafia de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, p. 179-184.
- HIPPÓLIO, M. C. (1960-1961) - Dos tesouros de moedas em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra, 2-3, p. 1-1666.
- MANTAS, V. G. (1982) - Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. Coimbra, 21, p.5-99.
- MANTAS, V. G. (2002) - A rede viária de Scallabis. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, p. 107-112.
- MOREIRA, J. B. (2000) -
- VIEGAS, C. (2001) - A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas a Faculdade de letras de Lisboa. Edição policopiada.